

Relatório de Avaliação Anual 2023
Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e
Infrações Conexas

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Nos termos do art.º 6.º n.º 4 do Regime Geral da Prevenção da Corrupção (“**RGPC**”) aprovado pelo DL n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro, a execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (“**PPR**”) está sujeita a controlo, mediante a elaboração de relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação. – alínea b) do n.º 4 do art.º 6.º do RGPC.

Assim, no ano de 2022 a REN enquanto entidade abrangida adotou e implementou um programa de cumprimento normativo que inclui PPR, Código de Ética e Conduta, Programa de Formação, Canal de Denúncias, Nomeação de um Responsável pelo Cumprimento Normativo.

A avaliação anual da execução do PPR da REN tem como objetivo monitorizar as situações identificadas, nomeadamente:

- Assegurar a efetividade e eficiência dos controlos implementados, nomeadamente através da frequência que os eventos de risco possam ter ocorrido;
- Identificar evoluções nos eventos de risco que possam agravar ou desagravar a sua probabilidade ou impacto, tendo em conta alterações de processos e/ou aplicações informáticas de suporte, alterações de estrutura ou implementação de medidas adicionais de controlo;
- Assegurar que as ações de mitigação dos eventos de riscos identificadas para implementar, são concretizadas em linha com as medidas previstas;
- Identificar possíveis riscos emergentes.

2. EXECUÇÃO DO PPR

A informação para esta avaliação foi preparada pelo responsável de cumprimento normativo da Prevenção da Corrupção (“**RCN PRC**”) tendo em conta a informação transmitida pelos titulares dos eventos de risco, tendo sido tomado como referência o período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023.

Foi recolhida a seguinte informação:

- a) Não foram reportadas nenhuma ocorrência de casos de corrupção e infrações conexas no período em análise;
- b) Não foram detetados possíveis riscos adicionais emergentes.

Relativamente ao risco na Função de Suporte Sistemas de Informação, foi feita uma reavaliação pela área e considerou-se que o risco residual passou de elevado para moderado, tendo em conta a prática dos 4 olhos subjacente aos processos de compra implementados em sistema e ao facto de, na fase de aceitação de faturas, existir um processo semelhante de segregação de acessos, sendo estes revistos com recurso a auditoria externa contratada.

Em 2023 manteve-se a formação designada “Ética e Código de Conduta e Prevenção de Riscos de Corrupção”, cujo conteúdo foram revistos e renovados. O presente curso é de realização obrigatória para todos os colaboradores da REN, devendo ser renovado a cada dois anos, e conta com uma vertente teórica e outra prática, tendo como objetivo dar a conhecer os conceitos mais relevantes sobre ética, o Código de Conduta, a Política de Integridade da REN e o Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, assim como compreender como deve atuar o destinatário do curso no exercício das suas funções. O curso incide ainda sobre os procedimentos aplicáveis à denúncia e tratamento de comunicações de irregularidades.

Para todos os riscos de corrupção e infrações conexas identificados, foram implementadas medidas preventivas e corretivas, afim de reduzir a probabilidade de ocorrência e o grau de impacto associado e mesmo não tendo sido identificada a necessidade de operacionalizar mecanismos de mitigação adicionais, prosseguiu-se pelo reforço de diversas ações de compliance numa lógica de melhoria contínua.

| Medidas preventivas | Grau de implementação |
|---|--|
| Reforçar utilização do princípio de 4 olhos | Em curso |
| Prever a duplicação de aprovações quando há atribuição de direitos a terceiros | Em curso |
| Implementação de processo de due diligence de integridade relativo a terceiros que estabeleçam relações de negócios com a REN ou sejam, de algum modo, beneficiários de atribuições feitas pela REN | Implementada quanto a beneficiários de donativos, em curso quanto a demais terceiros |
| Reforçar a existência e divulgação de regulamentos e políticas internas | Implementada |
| Privilegio na utilização de meio escrito nos contactos com entidades externas | Em curso |

| | |
|--|--------------|
| Reforço de atas das reuniões com entidades públicas | Em curso |
| Ampla divulgação do PCN | Implementada |
| Realização, a cada 24 meses, de ações de formação nos termos do Plano de Formação | Implementada |
| Reforçar pedidos de auditorias | Em curso |
| Presença de pelo menos dois colaboradores REN em reuniões mantidas com autoridades públicas ou políticas | Em curso |

3. CONCLUSÕES

O presente Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção da Corrupção permite aferir que, no período em apreço, houve um esforço institucional para que as medidas e respetivos controlos planeados para mitigação dos riscos, fossem executados pelas áreas responsáveis.

As medidas preventivas foram consideradas adequadas aos riscos de corrupção a que a REN está exposta

Em termos globais, tendo por base o acompanhamento em contínuo dos mecanismos de controlo e as medidas de mitigação de risco implementadas no âmbito do PPR, é possível concluir que, em todos os aspetos materialmente relevantes, as medidas definidas se encontram a ser implementadas de acordo com o estabelecido.

O Responsável de Cumprimento Normativo